

DOSSIÊ GESTÃO CULTURAL

Estamos diante do primeiro número da Revista Eletrônica do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo. Fiquei honrada por ter sido convidada a organizá-lo, na medida em que venho colaborando com o Sesc São Paulo tanto na criação deste Centro de Pesquisa e suas diretrizes quanto na formulação de seu curso de gestão cultural. O Curso de Formação de Gestores foi concebido mais como um percurso de qualificação de profissionais da área, considerando que a gestão demanda o manejo de competências diversas e transversais. Dessa forma, além da dimensão política e institucional, essa formação pretende propiciar uma familiaridade com a cultura em sua diversidade e em seu aspecto de parte essencial da vida das pessoas. Vale, neste sentido, o pressuposto de que “para promover a qualificação de gestores culturais deve-se contemplar conteúdos e metodologias capazes de criar oportunidades para, em primeiro lugar, se compreender a cultura em sua dimensão simbólica e identitária, sua centralidade para a cidadania e para o desenvolvimento social e econômico”.¹ Dentre os diversos conteúdos, os participantes do curso têm contato – e são estimulados a aprofundar esse conhecimento posteriormente – com uma literatura em sociologia da cultura, que lhes permita superar o voluntarismo e a paixão que foram, até pouco tempo atrás, os principais ingredientes de ação dos gestores culturais.

Outro aspecto importante a se ressaltar é que procuramos estimular os participantes a refletir sobre suas práticas profissionais em seus respectivos trabalhos finais. Mesmo que haja algumas imprecisões teóricas ou até alguma pressa em aplicar conhecimentos recém adquiridos, a descoberta de novos caminhos para suas práticas profissionais torna esses trabalhos mais criativos e corajosos. O entusiasmo com que a maioria dos participantes se lançou nessa proposta de reflexão lançada pelo curso, nos permite acreditar que novas práticas profissionais, agora alicerçadas por novas ferramentas, já estão provavelmente em curso e contribuirão para uma maior profissionalização da gestão cultural. Assim, apresentamos aqui, transformados em artigos, oito trabalhos finais dos alunos da primeira turma do Curso de Formação de Gestores promovido pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP em 2012/2013, cobrindo temas diversos. Muitos deles investiram pela primeira vez na realização de estudos desse tipo. Os trabalhos finais das turmas subsequentes também terão um espaço privilegiado nesta Revista.

No contexto atual, novos fatores passaram a exigir uma maior profissionalização daqueles que lidam com a criação, circulação e disseminação

1 In: Botelho, Isaura. As dimensões da cultura. Botelho, I. & Barros, J. Márcio. “A formação de gestores culturais: exame de uma experiência piloto”. (no prelo)

de bens culturais. Transformações no universo da cultura trazidas pelo avanço de novas tecnologias incidiram diretamente sobre novas formas de expressão e de fruição da arte e da cultura, novas instituições se criaram e houve a necessidade de atualização das mais antigas, em consonância com alterações nas formas de financiamento e subsídio.

Esse quadro é, inclusive, uma das razões da existência do Curso de Formação de Gestores do Centro de Pesquisa e Formação: contribuir para a qualificação de gestores, atualizando sua missão. Sendo assim, iniciamos o primeiro número dessa nova revista com uma discussão sobre a inserção profissional do gestor cultural reunindo trabalhos realizados pelos alunos do Curso a partir de uma demanda dos coordenadores. O que segue é um breve comentário sobre os resultados obtidos.

O objetivo de Cleverson Rago foi o de problematizar as características e os desafios embutidos na transformação de gestores improvisados, intuitivos e dedicados, em profissionais que sabem utilizar instrumentos que qualificam o exercício do que ele chama de nova profissão. Na verdade, mais do que uma nova profissão, temos um novo profissional. A contemporaneidade traz com ela novos desafios que se devem à ampliação do recorte do universo da cultura que instou os poderes públicos a abrirem espaço para novas formas de expressão e de bens culturais, antes alijados de sua atenção. Não seria absurdo dizer que uma revolução aconteceu no antes restrito mundo da cultura concebido com limites bem demarcados - o campo das belas artes, da cultura erudita que deveria ser “levada” aos dela excluídos. Tal concepção não levava em consideração uma complexidade do universo cultural que sempre existiu, embora sem ser devidamente assumida, sendo somente agora alçada à sua verdadeira importância por uma nova consciência que alterou paradigmas que até pouco tempo atrás restringiam as prioridades, quer de organismos públicos quer de instituições privadas, a políticas de oferta.

É fundamental este reconhecimento de que a cultura erudita não é a única forma legítima, mas uma dentre outros registros artísticos e culturais, para que se possa pensar a formulação de políticas democráticas que contemplem, inclusive, a cultura como direito e como cidadania. Com a incorporação de outras expressões (a cultura hip hop, minorias étnicas, a culinária, a moda, a arquitetura, o design ou linguagens vinculadas às novas tecnologias, por exemplo), de novos bens e de novas práticas – vistas anteriormente como mero lazer – a escuta desses novos segmentos e de seus públicos se torna imperiosa e exige políticas que levem em conta a demanda. Assim, atores, instituições e públicos se multiplicam, requerendo também novos arranjos institucionais que permitam a expressão dos interesses substantivos dos indivíduos e grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, resta ainda aos gestores o enorme desafio de estimular e articular o diálogo dos três níveis da administração pública (o federal,

o estadual e o municipal), buscando o equilíbrio e a articulação entre as várias esferas do poder público, numa adequada mistura de regulamentação e subsídio, buscando também parcerias com o setor privado.

Daniela Savastano, com grande criatividade, lançou mão dos recursos a seu alcance e conseguiu conduzir uma investigação sobre o perfil dos frequentadores da unidade do Sesc em São José dos Campos. Em seu trabalho ela conclui, entre outras questões, que “o desafio colocado para o gestor vai justamente na direção de propor e realizar atividades que tenham o potencial de atrair novos públicos por meio de novas programações”. Ela chama a atenção para o fato de seu estudo tê-la alertado para a necessidade de desenvolver um olhar mais atento a sua ação como gestora, no sentido de evitar a acomodação em formas menos arriscadas de trabalho na instituição. Afirma a importância da reflexão constante para se aperfeiçoar as estratégias e não ter medo do novo, evitando “um eventual conformismo”.

Emiliana Pinheiro e Marco Aurélio Costa fizeram seu trabalho em dupla, propondo-se a analisar os hábitos culturais de um determinado segmento da população em articulação com os usos que ele faz da cidade. Optaram por investigar “a dinâmica, o comportamento e os hábitos” dos frequentadores de um cinema que foge da lógica comercial: o Cine Sesc. Para isso, recorreram a textos que abordam uma literatura de referência no estudo das práticas culturais como a obra de Pierre Bourdieu e mais recentemente de Bernard Lahire. O estudo também pretendeu identificar a existência de um circuito do público desse tipo de sala cruzando o consumo de filmes e seus trajetos pela região do cinema. Para tanto, apoiaram-se nas contribuições de José Guilherme Magnani em seus trabalhos de antropologia urbana. O estudo de Emiliana e Marco, foi concebido e realizado diretamente por eles e consegue levantar questões interessantes sobre o hábito de ir ao cinema, mesmo considerando que elas confirmam, em sua maioria, a literatura existente sobre o tema. Em que pese as inúmeras observações, principalmente entre os profissionais do setor audiovisual, sobre a perda de público das salas de cinema, as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no país mostram que ir ao cinema continua sendo a prática mais popular dentre todas aquelas que implicam em sair de casa.

O empenho de Zina Filler em conhecer o público de um festival de dança contemporânea realizado na Galeria Olido revelou lógicas não previstas nas estratégias de divulgação de seus promotores. Seu estudo mostrou também que os entrevistados, na maioria com alta escolaridade (superior incompleto, 25%, superior completo, 40% e especialização, 12%, totalizando 77% dos entrevistados), mas com um baixo poder aquisitivo, frequentam um variado circuito alternativo e gratuito para apresentações artísticas. “Este dado se opõe a uma cristalizada ideia de que

o público da dança é uma minoria elitizada de alto poder aquisitivo”, diz a autora, além de confirmar o peso da escolaridade na propensão a práticas culturais mais legitimadas.

O desenvolvimento da «cultura em domicílio» tem propiciado a diversificação do universo cultural dos indivíduos, transformando as práticas culturais «tradicionais» e propondo novas maneiras de vivenciar as artes e a cultura. Olivier Donnat – importante pesquisador do departamento de pesquisas do ministério da cultura francês – insiste na necessidade do deslocamento das políticas culturais do espaço público para o doméstico.² As mudanças no cenário apontam para três objetivos interligados a serem perseguidos pela política cultural: a incorporação efetiva da educação artística e cultural nas políticas educativas, medidas para que os equipamentos culturais tenham uma real política de desenvolvimento dos públicos, e criação de um serviço público de «cultura em domicílio» que alcance o maior número de pessoas. Este último objetivo está diretamente ligado ao segundo e é o que percebemos na leitura do texto de Juliana Piesco. Ela mesma criadora de um site dedicado exclusivamente à cultura: o Falacultura.

Somos também surpreendidos pelos hábitos culturais dos jovens quando se trata da internet. Seu impacto, decorrente da expansão da banda larga e do número de celulares que permitem acesso à rede sugeriram à Juliana Piesco pesquisar qual o peso da nova mídia sobre os hábitos culturais desses jovens, informando a maneira pela qual produtores culturais e artistas podem utilizar-se dela. Baseada em sua análise e em sua experiência, Juliana alerta para várias fragilidades dos espaços virtuais institucionais, brasileiros que restringem o trabalho de disponibilização tão somente à sua função como informativo de serviço e de programação. Dentre as conclusões, importante é o fato de mostrar como um investimento bem feito nesse novo espaço conquista usuários, que são, inclusive, estimulados a uma relação presencial com equipamentos culturais. Tudo depende da qualidade do espaço virtual criado, que tem de ser pensado como um espaço com dimensão própria e não apenas como extensão de outras mídias. Seu texto, de alguma forma, nos possibilita pensar em como criar um “serviço público de cultura em domicílio”.

Potencialmente, os Conselhos Municipais são importantes auxiliares na gestão e são formados, geralmente, por um princípio de co-gestão, com pessoas da sociedade civil e pessoas do governo. No entanto, a existência de conselhos, por si só, não é a solução de todos os problemas. Seu cará-

2 Olivier Donnat é pesquisador do Département des études, prospective et statistiques do Ministério da Cultura da França, responsável por conduzir a pesquisa sobre as práticas culturais dos franceses. Para maiores detalhes ver seu texto “Democratização da cultura: fim... e continuação?” publicado na Revista no. 12 do Observatório de Políticas Culturais do Itaú Cultural.

ter, os poderes dos quais é investido, sua composição e a frequência de suas reuniões são indicadores importantes de sua efetividade. Os conselhos são mais efetivos quando têm competência para formular diretrizes políticas, gerir fundos e fiscalizar a execução de planos e programas governamentais. O texto de Elisa Selvo trata dos desafios de um conselho municipal de cultura para exercer suas funções. Seduzida pela aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP – no primeiro dia de aula do Curso de Formação de Gestores do CPF, Elisa viu nele uma ferramenta útil para o desenvolvimento de seu trabalho como conselheira no Conselho Municipal de Cultura em Bertiooga. Nas semanas seguintes, ela dedicou-se a aplicar a técnica para qualificar o funcionamento, a participação e as articulações do referido Conselho. Ela nos relata sua experiência e aponta para os seus aspectos frágeis, relato útil para aqueles colaboradores de órgãos supletivos da gestão pública, que cumprem um papel importante na definição de políticas, no caso presente, do município.

Ana Louback propõe uma metodologia para analisar a concentração de subsídios a projetos culturais nas regiões mais centrais das cidades. Ela parte da constatação do grande desafio que é, para a formulação de políticas públicas, considerar a superação ou redução das desigualdades entre centros e periferias. A segregação espacial gerada pelo crescimento desordenado das grandes cidades têm alimentado o aumento daquilo que a autora chama de “espaços urbanos hostis”. Ana desenvolve uma metodologia baseada na espacialização dos investimentos públicos de apoio à cultura, nos oferecendo uma leitura da relação entre esses programas e seu impacto no espaço urbano. Cada vez mais, parece-me, é fundamental considerar o território como elemento a ser considerado na formulação de políticas, programas e projetos. Ana Louback nos oferece um exemplo disso.

Finalmente, temos o trabalho de Rodrigo Gerace que, estimulado por suas vivências no Curso de Gestão Cultural, decidiu debruçar-se sobre a relação do Sesc São Paulo com a área de cinema, desde os tempos de sua fundação. Dessa forma, temos a trajetória do pensamento institucional sobre a linguagem que acompanhou o desenvolvimento da instituição e pode-se perceber a evolução de suas estratégias até a atualidade, momento em que o Sesc nos oferece uma das melhores salas de cinema de São Paulo.

Feito o percurso, espero que esses textos inspirem novos estudos que, fruto da experiência profissional dos participantes do Curso de Gestão Cultural do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo, possam colaborar para o desenvolvimento e qualidade das políticas de cultura.